



SSind/ANDES-SN

ADUFCG

Gestão 2009-2011 - ADUFCG AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA

Informativo da Associação dos
Docentes da UFCG

NOTÍCIAS

16 de de Junho de 2011 - Nº 36 - Distribuição gratuita

ANDES-SN e MEC definem uma agenda para a negociação



Foto: Fred Oliveira

Direção do ANDES-SN tenta negociar a implantação da proposta de carreira docente

Só a mobilização é capaz de forçar a abertura e garantir a manutenção das negociações entre o governo e a categoria. Depois de duas grandes mobilizações em Brasília e dezenas delas nos estados, o Governo Dilma decidiu iniciar as conversações com os servidores públicos federais. O ANDES-SN iniciou conversações com a Secretaria de Educação Superior do MEC e definiu uma agenda de negociação, numa prova que este ministério tem mais autonomia nesta gestão.

No primeiro encontro, o secretário da educação superior Luiz Cláudio Costa, demonstrou para

os diretores do Sindicato interesse nas negociações e se comprometeu a fixar uma agenda com temas e datas pré-definidas. Ao mesmo tempo, se dispôs a conversar com o ANDES-SN, Fasubra e Andifes sobre o excesso de terceirizações nos HU's e garantiu que não acontecerão contingenciamentos no orçamento da educação e que não faltarão recursos para conclusão das obras do Reuni. A próxima reunião acontecerá nesta quarta-feira(15/06) e o tema inicial será o debate sobre a proposta do ANDES-SN de projeto de lei de carreira de professor federal. **Pág.12**

Pombal e Sumé são as duas novas Secretarias Adjuntas da ADUFCG

Pág. 06.

Categoria quer mudanças na resolução que orienta progressão

Pág.06.

TCU multa reitor e auxiliar em R\$ 20 mil, cada, por irregularidades

Pág.03.

MP 525 precariza ainda mais a contratação de docentes nas IFES

Pág. 10.

A falta do Reitor: o dito e o não dito II

Pág. 04.

Justiça determina suspensão de inquérito de perseguição a professor

A justiça federal determinou a suspensão do inquérito administrativo movido pelo reitor Thompson Mariz para perseguir politicamente o professor do Campus de Cuité, Lauro Pires Xavier. A determinação do juiz substituto da 4ª Vara Federal de Campina Grande, Tércio Gondim, atendeu a uma ação movida pela Assessoria Jurídica da ADUFCG, que também pede uma indenização por danos morais.

A suposta ilegalidade de que o reitor acusa o

professor Lauro foi a de divulgar numa lista de discussão de docentes da universidade na internet, partes do processo em que Thompson era acusado de irregularidades e foi posteriormente condenado pelo Tribunal de Contas da União. Entre os equívocos da sindicância e do processo está o fato de que foi o próprio reitor que os solicitou, mesmo sendo o futuro julgador. A decisão do juiz também suspendeu a aplicação da pena contra o docente. **Pág.03**

Estamos frente a um novo cenário político no Brasil. Dilma foi eleita num contexto de crescimento econômico (quase 10 % ao ano), apoiada numa ilusão neo-desenvolvimentista nos limites de políticas macroeconômicas neoliberais que sustentada em certo aumento do consumo interno, alimentava simultaneamente outra ilusão: que é possível transformar o Brasil num país de classe média sem mudar o modelo produtivo e militarizando as favelas. A composição política de ampla maioria governista do Parlamento permitia pensar que salvo por alguma crise externa, como poderia ser o calote dos pagamentos da dívida de algum país de Europa Mediterrânea, o que não podemos descartar nem no curto e no médio prazo, tendo em consideração a situação de Grécia, Espanha e Portugal, não existiriam problemas institucionais nos primeiros 150 dias de governo.

A queda de Palocci se deu pela debilidade estrutural do atual governo em não conseguir hegemonizar uma base de aliados com interesses tão distintos, como um custo pago pela extensão dessa base que reúne dezenas de partidos de tradições políticas bem diferentes, evangélicos, ruralistas, socialdemocratas, liberais sociais, desenvolvimentistas, ex-stalinistas, entre outros.

Aproveitando a situação o PMDB decidiu jogar forte na votação do Código Florestal, derrotando a Dilma e ao governo - que defendem no essencial o mesmo código que permite desmatar e fortalecer aos latifúndios-com objetivo de também se posicionar melhor na negociação dos cargos do segundo escalão do executivo federal. Quase paralelamente a impunidade dos fazendeiros permitem que sejam assassinados cinco ambientalistas e dirigentes campesinos no Pará e em Rondônia e o governo se reúne para declarar que não tem como garantir a segurança de sem terra e ambientalistas ameaçados.

A pressão dos evangélicos e católicos, por sua vez, fez Dilma retirar o Kit Anti-Homofobia elaborado pelo Ministério de Educação num país como Brasil, que conta com ao menos 60 mil casais homoafetivos e é considerado um dos mais homofóbicos do mundo (perdendo apenas para os países que tem em sua constituição leis contra homossexuais), e onde uma pessoa com estas opção sexuais é assassinada a cada dois dias. Foi o próprio Anthony Garotinho (PR-RJ) que negociou a não convocação de Palocci ao Parlamento pela retirada do kit em nome da bancada evangélica. Esta decisão de abrir mãos de direitos democráticos para satisfazer a bancada religiosa, gerou diversas críticas e contradições com o

apoio ao governo em movimentos Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTI) e de mulheres.

Tudo isso no marco de novas manifestações da crise capitalista mundial que gera crises políticas e situações revolucionárias nos países do Norte de África que fazem sentir seus impactos no Médio Oriente e na Europa Mediterrânea. O “movimento 15 de maio”, dos acampados na Espanha abriu as primeiras fissuras no regime herdado de Franco com sua exigência de democracia real frente a democracia dos banqueiros.

Simultaneamente, está surgindo no Brasil um novo ativismo entre os super-explorados das obras do PAC, os funcionários de algumas universidades que lutam contra a terceirização, empregados de telemarketing, a greve dos metroviários de São Paulo, dos professores de ensino fundamental em diferentes estados e ainda com uma composição unitária complexa dos funcionários públicos federais, desde fevereiro articulados num plano de lutas nacional.

Uma manifestação de 15.000 servidores públicos federais na quarta-feira, 13 de abril, pressionou o governo e este retomou as negociações. A passeata foi unificada em defesa dos serviços públicos e contra o arrocho salarial e a retirada de direitos, e arrancou da ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, a promessa de retomada imediata das negociações.

A manifestação foi promovida por 26 entidades representativas dos servidores públicos federais, entre elas o ANDES-SN e a CSP-Conlutas.

Miriam Belchior anunciou a criação, no âmbito do ministério, da Secretaria de Relações Sindicais, que será coordenada pelo ex-secretário de Recursos Humanos, Duvanier Paiva.

No dia 14 de abril se realizou a Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais e reafirmou a política de unificação do setor para a Campanha Salarial 2011.

Desde essa data está aberta uma negociação com o governo que avança na pauta mas não nas resoluções das demandas da categoria. No mês de maio a decisão foi voltar aos estados e fortalecer a terceira marcha unitária do ano em Brasília (DF), na quinta feira, 16 de junho. No dia 15 de junho teremos atividades nos estados e municípios.

O eixo da pauta é a Defesa da Universidade Pública: Por mais recursos para a Educação; Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores; pela Retirada dos PLPs, MPs, Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos (PLP 549/09 – congela os salários dos funcionários públicos federais por dez anos- , PLP 248/98 - regulamenta a demissão do servidor público estável sob o falso pretexto de “avaliar o desempenho”, PLP 92/07 - Cria a figura Jurídica da "Fundação Estatal" de Direito Privado-, entre outras

proposições); pelo cumprimento por parte do governo dos acordos firmados com algumas categorias e não cumpridos; pela paridade entre Ativos, Aposentados e Pensionistas e pela definição de Data-Base (1º de maio).

ADUFCG participará, junto com outras entidades sindicais, desta manifestação com uma importante delegação.

Durante todo o mês de maio a diretoria da ADUFCG realizou a divulgação da proposta do ANDES-SN de projeto de nova carreira docente para professor federal nos diferentes campi da UFCG e inaugurou duas Secretarias Adjuntas do sindicato nos campi de Pombal e Sumé. Na primeira realizou um jantar com os professores, com a participação do primeiro vice-presidente do ANDES, o professor Luis Schuch.

Em nossa universidade temos dois fatos de importância, depois que a pressão conjunta da comunidade universitária obrigou a recuar as autoridades, pelo menos provisoriamente, na reforma do estatuto sem convocar uma estatuinte. Em primeiro lugar, o Tribunal de Contas de União aplicou uma multa ao reitor Thompsom Mariz e a o Pro-reitor de Gestão administrativa e financeira, Alexandre Gama, como punição pela criação sem amparo legal do Programa de Tutoria Acadêmico-Administrativa –PTA, em 2005, e do Programa de Incentivo à Gestão –PIG, em 2007. O segundo fato tem relação com o primeiro, a justiça federal ordena a suspensão processo em que a Reitoria da UFCG tenta punir o Professor Lauro Xavier Pires Xavier Neto pela acusação de divulgar as denúncias do Tribunal de Contas da União, num claro ato de perseguição política.

Neste boletim também encontraremos informações sobre as atividades dos Grupos de Trabalhos (GT) de ADUFCG: o II Seminário Sobre Lutas Sociais, Racismo e Cidadania, promovido pelo GT de Etnia, Gênero e Classe; a discussão sobre o Novo Plano de Educação promovido pelo GT Políticas Educacionais junto com a Unidade Acadêmica de Educação da UFCG que contou com a participação da professora Lucia Maria Wanderley Neves (Aposentada da Universidade Federal de Pernambuco –UFPE e atualmente pesquisadora da Fiocruz), assim como as do GT de Política e Formação Sindical.

Na seção solidariedade classista aparece nosso apoio às diferentes e importantes greves do mês de maio no estado, assim como informação de processo de construção da Central Sindical e Popular (CSP)– Conlutas.

Nós da ADUFCG renovamos nosso compromisso com a luta na mais ampla unidade de ação entre os servidores públicos federais para fortalecer nossa pauta frente a um governo que, até hoje, tem se mostrado inflexível às demandas da categoria. De nossa ação e compromisso depende a mudança da correlação de forças. Docente participe!

Justiça Federal suspende processo de perseguição a professor de Cuité

O juiz federal substituto da 4ª Vara Federal de Campina Grande, Tércio Gondim Maia, determinou a suspensão do processo administrativo em que a Universidade Federal de Campina Grande, a pedido do reitor da instituição, Thompson Mariz, apurou denúncia que o professor Lauro Pires Xavier Neto, do Campus de Cuité, teria agido com falta de urbanidade, desapareço ao local de serviço e calúnia, ao divulgar numa lista de debates de professores da UFCG na internet, trechos de uma denúncia de um processo envolvendo o reitor que o Tribunal de Contas da União está realizando.

Foto: Fred Oliveira



A ação requerendo a nulidade da sindicância e do processo foi movida pela assessoria jurídica da Associação dos Docentes da UFCG. A entidade considera que a sindicância é uma perseguição política-administrativa do reitor Thompson Mariz, com o objetivo de tentar silenciar as vozes discordantes às suas três gestões seguidas, por meio do abuso de poder e do assédio moral. A assessoria jurídica da ADUFCG também deu entrada numa ação pedindo a condenação do reitor por danos morais ao professor Lauro Pires Xavier Neto, com um pedido de indenização.

A liminar suspendendo o andamento do processo e seus desdobramentos, foi concedida por existir o risco de prejuízos graves ao professor Lauro Pires Xavier e pelo fato de que no processo estão comprovados elementos que podem conduzir a sua nulidade: a sindicância inicial, por exemplo, foi solicitada pelo reitor da UFCG ao diretor do Centro de Educação e Saúde de Cuité, mesmo sendo ele parte

Professor Lauro Pires Xavier(D), quando prestava informações durante a sindicância

interessada e futuro julgador do resultado. Outra irregularidade citada pelo juiz na sua sentença foi que, após o término dos trabalhos da Comissão de Sindicância, que concluiu pelo indiciamento do professor Lauro, “o respectivo processo foi remetido ao Gabinete do próprio Reitor, Sr. Thompson Fernandes Mariz (requerente e interessado), para as providências que entendesse devidas (fl. 102), tendo este, através da Portaria nº 133, de 01 de setembro de 2010 (fl. 103), determinado a instauração de processo disciplinar contra o autor, com a designação dos servidores integrantes da comissão processante”.

O juiz Tércio Gondim Maia lembra que o reitor Thompson Mariz poderia ter se declarado suspeito para a tarefa de julgar o resultado da

sindicância, pois é parte interessada, seguindo a Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e no seu capítulo VII, versa sobre as hipóteses de impedimentos e suspeição, sendo que o artigo 18, parágrafo primeiro, diz é impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha interesse direto ou indireto na matéria.

O processo administrativo movido pelo reitor contra o professor Lauro Pires já foi concluído no âmbito da UFCG e a pena aplicada foi de quinze dias de suspensão.

Com a liminar da justiça federal o cumprimento da pena e todo e qualquer desdobramento ficam suspensos até o julgamento do mérito da ação.

TCU multa reitor e pró-reitor em R\$ 20 mil, cada, por irregularidades

O Tribunal de Contas da União - TCU multou em R\$ 20 mil, individualmente, o reitor da UFCG, Thompson Mariz e o pró-reitor de gestão administrativa e financeira, Alexandre Gama, como punição pela criação sem amparo legal do Programa de Tutoria Acadêmico-Administrativa -PTA, em 2005, e do Programa de Incentivo à Gestão -PIG, em 2007. A decisão do Tribunal seguiu o voto do ministro Augusto Nardes e acórdão já está disponível na página do TCU na internet.

Além das multas aplicadas contra o reitor e o pró-reitor de administração, a decisão do TCU também determina que a UFCG realize um levantamento dos servidores que se beneficiaram dos recursos do PTA e do PIG, ao mesmo tempo que possuíam funções gratificadas, para exigir deles a devolução ao

tesouro dos recursos, num prazo de 90 dias, a contar da data de conhecimento da decisão do Tribunal.

A decisão do TCU rejeitou as justificativas apresentadas pelo reitor e pelo pró-reitor de administração, mas acolheu as justificativas apresentadas pelos demais servidores envolvidos no processo, especialmente os conselheiros que no período de aprovação dos PTA e PIG exerciam seus mandatos no Colegiado Pleno do Conselho Universitário e na Câmara Superior de Gestão Administrativa. Em relação aos então integrantes do Colegiado Pleno, o ministro do TCU entendeu que eles aprovaram os programas com o objetivo de desenvolver atividades acadêmicas, não tendo como responsabilizá-los pelo desvirtuamento posterior do PTA e PIG.

No caso dos conselheiros da Câmara Superior de Gestão Administrativa, segundo o ministro Augusto Nardes, eles comprovaram que não aprovaram o PIG, mas uma minuta que seria submetida ao crivo da Procuradoria Jurídica da instituição, conforme recomendou o parecer do relator da matéria. Isto não aconteceu, como também não ocorreu uma nova análise e finalmente a votação.

CASO LAURO

A decisão do TCU remete diretamente ao caso da perseguição promovida pela Reitoria da UFCG contra o professor do Campus de Cuité, Lauro Pires Xavier. O docente vem sendo continuamente perseguido pelo reitor Thompson Mariz por ele ter divulgado trechos da denúncia que motivou a investigação, o processo e a condenação do reitor.

A fala do Reitor: o dito e o não dito I

Desde seu surgimento, ainda como associação docente em 1978, a ADUFCG/ANDES-SN tem procurado pautar sua atuação como defensor intransigente dos interesses dos professores, da universidade pública e das conquistas maiores da sociedade brasileira, independentemente de governos, partidos políticos e gestores de ocasião. Para alcançar seus fins, busca estabelecer diferentes estratégias de lutas, caracterizada pelos embates diretos com os seus oponentes dentro e fora da universidade, combinando assim o processo de organização dos professores em seus locais de trabalho e em suas articulações mais gerais com a luta de todos os trabalhadores brasileiros. Em outras palavras, é parte do nosso sindicato combinar dialeticamente as questões específicas e gerais, lutas econômicas e políticas, estratégias de embates e negociações, reivindicações imediatas com um projeto histórico de classe. Assim, ao contrário do que pensam ainda hoje alguns incautos, a ADUFCG nunca se negou em discutir a pauta de reivindicações e sentar em uma mesa de negociação para dialogar com os nossos patrões, a começar do local de trabalho, através, por exemplo, de audiências com Reitores. Contudo, devemos negociar sempre mobilizados, pois só assim poderemos fazer valer os nossos interesses. No caso da UFCG, desde que assumimos a direção da ADUFCG, em novembro de 2008, em diversas ocasiões tivemos a oportunidade de discutir assuntos atinentes à categoria e à universidade com o Reitor Thompson Fernandes Mariz através de audiências por nós solicitadas. As duas últimas foram realizadas em novembro de 2010 e abril de 2011. Dentre os temas abordados nos dois encontros, destacamos o Reuni, as alterações no estatuto da instituição, a situação do Hospital Universitário, eleições na UFCG e o projeto de reestruturação da carreira docente. As declarações do Reitor nas duas audiências repercutiram e foram objeto de números anteriores de publicações do sindicato, a exemplo do “ADUFCG Notícias” Nº 34 e o “Ligeirinhas da ADUFCG” Nº 8. Pretendemos aqui voltar ao tema, fazendo uma análise crítica de seu conteúdo e as circunstâncias políticas em que estão inseridas.

No que diz respeito ao Reuni, o professor Thompson reconheceu com muito atraso o que a muito vínhamos denunciando: que este programa de reestruturação das IFES apresentava muitos problemas que mais cedo ou mais tarde viriam à tona, a começar de sua concepção mercantilista da educação superior. No âmbito da UFCG esta realidade é clara: atraso no calendário de entrega das obras de infra-estrutura; criação de cursos sem nenhum critério acadêmico; falta de professores e técnicos administrativos; salas abarrotadas de alunos etc. Contudo, até aqui devemos deixar as “barbas

de molho”, pois, ao que parece, o magnífico diz uma coisa entre quatro paredes e quando diante de holofotes, a conversa é outra completamente diferente. Assim, perante os parlamentares da assembléia estadual da Paraíba em 07/12/2010, quando da cerimônia de outorga da medalha Epitácio Pessoa, o Reitor da UFCG não só fez apologia ao Reuni, como foi além, ao prometer aos “nobres” deputados a criação de “novos campi, com pólos em quase todas as cidades paraibanas”. Com que recursos e que tipo de qualidade seria feita esta expansão dentro da expansão é que o magnífico não deixou claro.

Quanto à “reforma do Estatuto da UFCG”, esta foi objeto de discussão nas duas audiências. Na primeira, realizada em 05/11/2010, o magnífico comunicou que estaria suspendendo o processo, ao mesmo tempo em que se comprometia a levar em consideração as deliberações do I Congresso Universitário (previsto e efetivamente realizado entre 18 e 20/11/2010 com a presença de 120 delegados no campus de campina Grande) sobre o tema em foco. Contudo, qual não foi nossa surpresa quando em fevereiro de 2011, início das atividades referentes ao ano de 2011 no âmbito da UFCG, o Reitor não só não levou em consideração o que o Congresso havia deliberado sobre o tema (como, por exemplo, a realização de uma Estatuinte para reformar o estatuto), como retomou, de forma autoritária, os trabalhos da famigerada “reforma”. Mais uma vez foi preciso a comunidade acadêmica se mobilizar, através das três ADs, do SISTESPB e do DCE, para barrar este verdadeiro golpe que a administração superior visava intentar contra a democracia universitária. Assim, diante da grande pressão e desgaste provocado pela reação democrática da comunidade universitária, que culminou com a ocupação do auditório Guillard Martins e posterior suspensão da reunião extraordinária do Colegiado Pleno de 30/03/2011, o Reitor admitiu na audiência do dia 26/04/2011 que, no que dependesse dele, não convocaria mais o Colegiado Pleno para tratar de mudança no Estatuto, dando o processo por encerrado. Também neste ponto devemos duvidar, pois nada garante que ele volte atrás na palavra empenhada, como, aliás, fez em outras ocasiões sobre outros temas. Por outro lado, pode ocorrer de algum aliado do Reitor no Colegiado Pleno solicitar a retomada do processo. Da nossa parte, em uma situação ou outra, devemos estar atentos para evitar qualquer retrocesso por parte dos donos do poder.

Outro assunto bastante polêmico que o Reitor teceu considerações diante dos diretores da ADUFCG diz respeito aos processos eleitorais no âmbito da UFCG. Apesar de ter sido eleito por um processo que até hoje é questionado, em termos jurídicos e políticos, o magnífico se

comprometeu a apoiar uma velha e atual reivindicação do movimento docente para a democratização das estruturas de poder das IFES. Nesse sentido, o magnífico concordou que as próximas eleições de Reitor e Vice-Reitor sejam feitas através de uma consulta paritária coordenada pelas entidades representativas dos três segmentos, ADs, SISTESPB e DCE, e cujo resultado final ele se comprometia a encaminhar para posterior homologação no Colegiado Pleno. Contudo, mais uma vez, uma declaração do magnífico posterior a mencionada audiência nos causa preocupação. Na última reunião do Colegiado Pleno, realizada em 30/05/2011, ele afirmou que iria conduzir o processo de sua sucessão com “mãos de ferro”. O que significa exatamente isso? Quem viver verá.

Em relação à situação crítica do Hospital Universitário Alcides Carneiro, o Reitor se colocou contrário a sua privatização. O problema é que foi justamente durante a sua já longa gestão à frente da UFCG, iniciada ainda em 2002, que o processo de sucateamento do HU caminhou celeremente, culminando com a aprovação do problemático projeto de reestruturação daquele importante órgão o ano passado. Por outro lado, a medida provisória 520/2010 (que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, significando na prática a privatização de todos os HUs das IFES) foi aprovada na Câmara Federal sem nenhuma iniciativa pública contrária do Reitor da UFCG e seus demais pares agregados na ANDIFES. Foi a pressão das entidades dos servidores públicos, aí incluído o nosso sindicato nacional, que conseguiu barrar esta mesma medida no Senado Federal, o que pode nos dar um tempo a mais para derrotá-la definitivamente. Isto só é possível com muita ação política, e não simplesmente com palavras cujo conteúdo muito vezes se perde no ar.

Por fim, convém lembrar que na origem das duas audiências da diretoria da ADUFCG com o professor Thompson Mariz estava a discussão e a busca de apoio para o nosso plano de carreira, cargo e salário. Dentre outras coisas, o Reitor se comprometeu a convocar reunião do Colegiado Pleno para discutir a matéria. Nesse meio tempo, o que era uma proposta em novembro, quando da primeira audiência, foi democraticamente aprovado no 30º Congresso do ANDES/SN em fevereiro de 2011 na cidade de Uberlândia e transformado em projeto. No começo deste ano, o nosso sindicato entregou cópia do mencionado projeto ao MEC para posterior estabelecimento de uma mesa de negociação com o governo. Enquanto isso, na audiência de 26/04/2011, o magnífico reafirmou o compromisso de convocar o Colegiado Pleno para discutir o projeto. Até o presente nenhuma reunião foi convocada.

II Seminário enfoca lutas sociais, racismo e cidadania no Brasil

Um debate sobre o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas públicas encerrou o II Seminário Sobre Lutas Sociais, Racismo e Cidadania, promovido pelo Grupo de Trabalho da ADUFCG de Etnia, Gênero e Classe, na última terça-feira (02/06), no Auditório da entidade. No debate participaram o historiador e militante do Movimento Negro de Campina Grande, Jair Silva e a professora Marinalva Villar, representando a Secretaria de Educação da Prefeitura de Campina Grande. O Secretário de Educação do Estado, Afonso Scocuglia, não participou e não enviou representante da instituição.

O debate iniciou com uma apresentação da importância do tema pelo professor da Unidade Acadêmica de História e integrante do GT de Etnia, Gênero e Classe da ADUFCG, Luciano Mendonça. Ele ressaltou que o Sindicato foi, infelizmente, uma das poucas entidades na Paraíba a promoverem uma programação abordando a temática da história e da cultura afro-brasileira em maio.

Luciano apresentou um protesto aos participantes pela não participação do secretário de educação do estado, Afonso Scocuglia, e o não envio de nenhum representante para o debate, mesmo que o convite tenha sido enviado para a Secretária de Educação com antecedência. “É um descaso para com o movimento docente e para com a temática e demonstra como o Estado nesta administração está tratando a questão”, desabafou. O secretário comunicou a impossibilidade de participar por e-mail, afirmando “que ficava para a próxima”.

O primeiro debatedor a apresentar sua avaliação sobre o tema foi o historiador Jair Silva. Ele apresentou um resgate histórico da atuação de entidades e segmentos da população negra e de afro-descendentes pela luta para ter acesso à educação no Brasil, pontuando com exemplos práticos de como estes fatos aconteceram.

A historiadora, professora e representante da



Foto: Fred Oliveira

Debate do ensino da história e da cultura afro-brasileira reuniu militantes estudiosos.

Secretaria de Educação de Campina Grande, Marinalva Vilar, apresentou um relato detalhado de sua atuação a frente da área de história daquele órgão, quando desde 2006 iniciou a implantação do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas municipais, junto com outros professores de história.

Os organizadores do Seminário explicam que o evento teve o objetivo de estabelecer uma reflexão que articule a história das lutas sociais dos trabalhadores com o enfrentamento do racismo em nosso país, pois em maio destaca-se no calendário das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras de todo o mundo, o 1º de Maio, um verdadeiro ícone do internacionalismo operário, lembrado desde 1889 como uma homenagem à luta dos mártires de Chicago-EUA e ao mesmo tempo o polêmico dia 13 de

Maio de 1888, em que se aboliu a escravidão, porém acarretando um legado de racismo e exclusão para os negros ainda hoje não superado pela sociedade brasileira.

A programação foi iniciada na sexta-feira, dia 13/05, Dia Nacional de Combate ao Racismo e Pela Cidadania Plena do Povo Negro, às 9h30, no Auditório da ADUFCG, com a exibição e debate do Filme “Cafundó” do ator e diretor Paulo Betti. No dia 19/05, a programação foi retomada com um debate sobre a “História do Trabalho e dos Trabalhadores no Brasil”, no Auditório da ADUFCG. O debate sobre a história dos trabalhadores e do movimento sindical continuou no dia 23/05, quando aconteceu a exibição e debate do documentário “História do Movimento Operário e Sindical no Brasil: do Século XIX a 1985”.

Seminário discute proposta do novo Plano Nacional de Educação

A ADUFCG promoveu conjuntamente com a área de Política e Gestão da Educação da Unidade Acadêmica de Educação da UFCG o Seminário – “Novo Plano Nacional de Educação: embates e tensões”, nos dias 01 e 02/06, no Centro de Extensão José Farias Nobrega, no Campus de Campina Grande. Nesse evento foram analisadas as propostas, os embates e as tensões existentes no processo de elaboração do novo plano, as proposições dos principais sujeitos políticos coletivos

engajados nesse debate. Também estabeleceu relações entre o contexto, os princípios e os temas que marcaram a elaboração do PNE, que vigorou de 2001 a janeiro de 2011, e a conjuntura atual do novo PNE.

Um dos destaques no Seminário foi a palestra de abertura, realizada pela pesquisadora da FIOCRUZ-RJ, Lúcia Maria Wanderley Neves. Ela abortou o Plano sob a perspectiva do seu contexto e das suas propostas, revelando que sua maior preocupação está relacionada ao fato

de que a proposta elaborada pelo Governo Federal direciona a educação básica brasileira para estimular a formação de mão de obra que possa intensificar as inovações no mercado e o aumento da exploração da força de trabalho.

Simultaneamente ao Seminário do Novo PNE, foi realizado o III Seminário de Pesquisa em Política e Gestão da Educação que possibilitará a socialização e discussão de pesquisas e estudos produzidos sobre as políticas educacionais e a gestão escolar no país.

ADUFCG instala Secretarias Adjuntas e divulga proposta de nova carreira

A Diretoria da ADUFCG vem realizando um intenso trabalho de divulgação e de debate da proposta de projeto de lei do ANDES-SN de reestruturação da carreira docente das instituições federais de ensino em todos os Campi de sua atuação. O principal objetivo tem sido convocar os professores a se engajarem na luta pela implantação da nova carreira para solucionar inúmeras distorções no desenvolvimento da carreira e de remuneração, impostas pelos últimos governos federais.

A primeira atividade de apresentação da nova proposta aconteceu em Campina Grande, no dia 11/05, com a vinda do 1º vice-presidente do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES-SN, Luiz Henrique Schuch. Ele apresentou o conteúdo da proposta e debateu com docentes no Auditório da entidade. No mesmo dia à noite, o dirigente do ANDES-SN, realizou outra apresentação para os docentes do Campus de Pombal, durante um jantar de confraternização pela implantação da Secretaria Adjunta da ADUFCG.

A apresentação da proposta no Campus de Sumé aconteceu no dia 18/05, durante a instalação da Secretaria Adjunta daquele Campus com a presença do presidente da ADUFCG, Amauri Fragoso e do vice-presidente da Regional Nordeste II do ANDES-SN, Josevaldo Cunha.

Em Sousa, a apresentação para os docentes naquele Campus aconteceu no dia 26/05. No último dia 30/05, a Diretoria também apresentou a proposta também no Campus de Patos.

No dia 08/06, a Diretoria apresentou a nova proposta de carreira no Campus de Cuité. A programação incluiu uma visita, uma panfletagem e um jantar de confraternização com a categoria no Restaurante Netuno



Fotos: Fred Oliveira

Acima, reunião em Pombal e ao lado, encontro no Campus de Sumé..



Categoria quer mudar regra de progressão

A diretoria da ADUFCG decidiu encampar uma reivindicação da categoria para modificar a atual resolução de progressão da UFCG. A decisão foi tomada após muitas reclamações de sindicalizados que apontaram inúmeras distorções e prejuízos que estão sofrendo com a resolução.

Durante as visitas aos Campi de Sousa, Sumé e Cuité, a diretoria recebeu vários pedidos de sindicalizados para que o Sindicato atue na tentativa de mudança da resolução, ao mesmo tempo em que os docentes Campina Grande também demonstram constante de insatisfação com o problema.

O presidente da ADUFCG, Amauri Fragoso, avalia que a direção da UFCG tem adotado uma

compreensão equivocada do princípio de indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão. “Ela entende que este princípio deve ser aplicado individualmente a cada docente, quando deve ser para o coletivo da instituição, de cada centro e de cada unidade acadêmica. Estão forçando o docente a fazer pelo menos duas atividades de natureza diferente, quando esta responsabilidade deve estar distribuída em cada unidade”.

Amauri Fragoso também lembrou que os docentes questionam a regra de pontuação da resolução para as atividades. Quem está ocupando cargos administrativos, por exemplo, tem uma pontuação maior do que o trabalho de extensão.

Em vários encontros com a categoria para divulgar a Campanha Salarial 2011 e a nova proposta de projeto de Carreira Docente do ANDES-SN, vários docentes argumentam que mudar a estrutura de carreira sem mudar a resolução fará com que os professores continuem sendo prejudicados no desenvolvimento profissional, já que a resolução estabelece critérios injustos para importantes atividades do docente.

Apesar de aprovada nas instâncias superiores da UFCG, a ADUFCG avalia que a resolução não foi objeto de ampla discussão por parte da categoria. A entidade acredita que sua mudança é possível e tentará mobilizar os sindicalizados a participar também desta luta.

Sede social ganha reforma e melhorias para a festa de São João

A Diretoria da ADUFCG concluiu recentemente a reforma da sua sede social, na Granja dos Cuités. A recuperação atendeu a vários pedidos dos sindicalizados e o local passa a oferecer melhores condições para o lazer e confraternização da categoria. Numa primeira etapa, a casa principal da sede foi totalmente retelhada e o madeiramento recuperado. Numa etapa posterior, todo local junto com o salão de festas, a sala de vídeo e o salão de jogos receberam uma nova pintura e também receberam manutenção. Os brinquedos infantis que estavam danificados foram recuperados.

A trilha ecológica também foi reaberta e oferece uma saudável opção de caminhada. Com as fortes chuvas caídas recentemente na cidade, o açúde do local acumula uma boa quantidade de água, tornando o recanto bastante agradável.

Os empréstimos do local para os filiados que estavam suspensos já foram liberados, devendo os interessados procurar a Secretaria da ADUFCG para agendar os dias que desejam utilizar a sede social.

Com a conclusão da reforma garante tranquilidade para a realização dos eventos sociais da ADUFCG, principalmente o São João, Dia do Professor, e a Confraternização Natalina.

A sede social da ADUFCG tem cerca de 14 hectares e situa-se no bairro dos Cuités, a cerca de 15 minutos do Campus da UFCG.



Foto: Fred Oliveira



Casa principal da Granja (acima) e o Salão de Festas estão totalmente recuperados

Estação Docente: mais integração e lazer todos os meses na ADUFCG

A diretoria da ADUFCG está oferecendo aos filiados mais uma oportunidade para o encontro e a confraternização da categoria a desde o último dia 15 de abril. É o Estação Docente, que das 21h45 às 23h45, acontece na sede administrativa da entidade. O evento é mensal e na sua estréia teve como atração principal o grupo Bossa Jazz.

A iniciativa atende a vários pedidos dos filiados do sindicato de encontros e confraternizações mais freqüentes da categoria, afora os já tradicionais como a Natal, São João, Dia do Professor, etc. O Estação docente é aberto a todos os filiados, de todos os campi com atuação da ADUFCG, sem necessidade de senhas. Os docentes que prestigiarem poderão adquirir para acompanhar a apresentação, comidas e bebidas a preço de custo.

Os grupos musicais escolhidos para o Estação Docente terão sempre o repertório direcionado para a MPB ou música regional de qualidade. A primeira atração foi O Bossa Jazz e o segundo foi o trio Violão, Voz e Sax.

O horário de 21h45 às 23h45 foi escolhido para evitar qualquer tipo de transtorno para as atividades acadêmicas que funcionam no período noturno no Campus de Campina Grande

Foto: Fred Oliveira



Câmara aprova proposta que estabelece eleição direta para reitores

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou nesta quarta-feira proposta que estabelece a eleição direta para escolha de reitores, vice-reitores e diretores das instituições públicas de educação superior. Conforme a proposta, participarão da votação os professores, alunos e servidores técnico-administrativos, nos termos do disposto em seus estatutos e regimentos.

A proposta, que tramitou em caráter conclusivo, retorna para o Senado, por ter sido alterada na Câmara.

O texto também determina que o órgão colegiado deliberativo superior das instituições públicas de educação superior será formado de forma democrática, com 2/3 dos assentos ocupados por membros da comunidade acadêmica e 1/3 por representantes da sociedade civil local e regional.

Em cada um dos demais órgãos colegiados e comissões, os professores ocuparão 70% dos respectivos assentos, inclusive nos que tratarem de elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

O texto aprovado foi o substitutivo da



Comissão de Educação e Cultura aos projetos de Lei 4646/04, do Senado, e 3674/04, da deputada Alice Portugal (PCdoB-BA). As propostas modificam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

De acordo com a Lei 9.192/95, cabe ao presidente da República indicar os reitores das

universidades federais, a partir de uma lista de três nomes apresentada pelos respectivos conselhos universitários. Quanto aos órgãos colegiados máximos das IFES, são compostos apenas pela comunidade acadêmica, conforme a LDB. O relator da proposta foi o deputado Maurício Quintella (PR-AL).

Coletivo Jurídico do ANDES-SN vai ampliar debate de aposentarias

Por Najla Passos
ANDES-SN

O Coletivo Jurídico do ANDES-SN vai solicitar ao Grupo de Trabalho de Seguridade Social (GTSS) uma reunião conjunta para debater, no início do próximo semestre, questões pertinentes à previdência do servidor público. A decisão foi tomada durante o Encontro do Coletivo, que reuniu cerca de 40 docentes e advogados da Assessoria Jurídica Nacional (AJN) do ANDES-SN e das Seções Sindicais, em Brasília (DF), durante o último final de semana.

O tema será tratado em reunião extraordinária do Coletivo devido às inúmeras questões levantadas a partir da palestra Mandato de Injunção nº 880 e seus desdobramentos, proferida por Marcelize Azevedo, da AJN do ANDES-SN. Na palestra, foram abordados aspectos como contagem especial de tempo de serviço e condições de insalubridade para o trabalho, dentre outros. O Coletivo aprovou também que seja feito um levantamento sobre as formas de aferição dessas condições via Seções Sindicais.

Previdência complementar

O coletivo também apontou preocupações com

a tramitação, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei 1992/2007, que institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar denominada Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal - FUNPRESP, entre outros. O grupo se comprometeu a aprofundar os estudos sobre o tema previdência complementar.

MP-520, CAP e outros

A Medida Provisória nº 520, que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) para gerir os hospitais universitários, desvinculando-os das universidades federais, também foi tema de palestra proferida por outro membro da ANJ do ANDES-SN, o advogado Cláudio Souza Neto. De acordo com ele, a medida legislativa configura uma terceira reforma do Estado brasileiro, já que desobriga o Estado a ser o provedor exclusivo de serviços essenciais, no caso a saúde pública.

A crise instaurada nos Colégios de Aplicação

do país a partir da suspensão dos salários dos professores substitutos recém-contratados e do vazamento da proposta de regulamentação dessas instituições elaborada pelo governo também foram ponto de pauta na reunião. O Coletivo quer analisar quais medidas jurídicas podem impedir que os CAP sejam desfederalizados, como sugere o governo. Situações de assédio moral, validação de diplomas de mestrado e doutorado obtidos em países do Mercosul, progressão funcional, incorporação dos quintos para servidores que tiveram cargos de direção e questões atinentes a relação entre planos de saúde com Seções Sindicais frente a novas exigências da Agência de Saúde Complementar foram outros assuntos debatidos no evento.

Comunicação

Os participantes do Encontro apontaram para a necessidade da imediata articulação de uma rede de comunicação do coletivo do jurídico no site do ANDES-SN e também da efetivação de uma lista de contato entre os participantes. Eles definiram também a importância de operacionalizar, entre o grupo, trocas de petições e de decisões favoráveis em ações em defesa dos sindicalizados.

Oposição derruba MP 520 que privatizaria Hospitais Universitários

Em protesto pelos abusos do Executivo na edição de medidas provisórias, a oposição estendeu a sessão deliberativa do Senado desta quarta-feira (1º) até a madrugada do dia 2 e, como consequência, duas MPs perderam a validade: a que criava a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (MP 520/10, alterada pelo PLV 14/11) e a que aumentava o valor da bolsa paga aos médicos-residentes (MP 521/10, modificada pelo PLV 15/11). Ambas foram editadas pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

À meia-noite, a senadora Marta Suplicy (PT-SP), que presidia os trabalhos, encerrou a sessão. Durante a discussão da MP 520/10, senadores travaram intenso debate em Plenário. Parlamentares do PSDB, do DEM e do PSOL acusaram Marta Suplicy de não respeitar o Regimento Interno por não permitir, por exemplo, a discussão de requerimentos de votação em globo ou não conceder os pedidos de questões "pela ordem".

A senadora Marinor Brito (PSOL-PA) disse que

Marta Suplicy estava se expondo desnecessariamente. O senador Mario Couto (PSDB-PA) classificou de "vergonha" a forma como a senadora petista conduzia as votações. O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) seguia com a estratégia de estender as discussões. E, quando faltavam pouco menos de 20 minutos para a meia-noite, o líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), pediu a suspensão dos trabalhos por cinco minutos, para tentar um acordo com os líderes da oposição. Sem acordo, os senadores de oposição se sucederam à tribuna até que as duas MPs foram derrubadas.

O líder do PSDB, senador Alvaro Dias, chegou a pedir desculpas à população pelo "triste espetáculo" visto no Plenário do Senado. Ele disse que oposição não tinha outra alternativa a não ser seguir com a estratégia de estender a sessão e derrubar as MPs, dada o "autoritarismo" do Executivo.

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) disse que a derrubada das MPs é um recado ao governo:

na violência, na truculência e no desrespeito às regras regimentais, todos perdem, e mesmo com a utilização do "rolo compressor", nem sempre é possível o governo ganhar. Demóstenes Torres (DEM-GO) disse que a oposição tem o direito de vencer "regimentalmente" às vezes e criticou a tentativa dos governistas de atropelar o Regimento Interno para aprovar as MPs "à força".

A MP 520/10 autorizava o Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). A nova empresa tinha por objetivo administrar os hospitais universitários, unidades hospitalares e a prestação de serviços de assistência médico-hospitalar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A MP 521/10 aumentava o valor da bolsa paga ao médico residente e instituiu regime diferenciado de contratações públicas, além de prorrogar o prazo de pagamento da gratificação de representação de gabinete e da gratificação

HU da UFCG pode atingir o caos em 2012

5 A Não realização de concursos públicos para suprir a falta de servidores poderá resultar num completo caos no Hospital Universitário da UFCG. A grave situação do hospital foi repassada aos representantes da ADUFCG, do Sintespb, DCE da UFCG e Sindsprev pela diretora pró-tempore do HU, Alana Abrantes, durante uma audiência realizada no dia 23/05. A diretora do Hospital explicou que o risco de crise acontece porque além da carência de servidores acumulada nos últimos anos, o Hospital em janeiro de 2012 registrará uma significativa quantidade de aposentadorias de servidores vinculados ao Ministério da Saúde lotados naquela instituição.

O quadro se agrava porque em janeiro do próximo ano também acontecerá o encerramento dos contratos de 247 servidores temporários que hoje atuam no hospital. Como até o momento não existe nenhuma previsão de novos concursos públicos e o governo foi derrotado no Senado na sua tentativa de aprovação do PL que transformaria em lei a MP520, que tentava implantar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), a perspectiva do agravamento da crise dos Hospitais Universitários é cada vez maior.

No encontro com os representantes das entidades que foram cobrar de Alana Abrantes uma posição da direção do HU em relação à MP 520, antes da Medida ser aprovada na Câmara dos Deputados e derrotada no Senado,



Foto: Fred Oliveira

a diretora do HU disse que a direção da instituição não se posicionava sobre a questão, porque o documento ainda estava muito indefinido e que várias mudanças sugeridas por dirigentes dos Hospitais universitários e entidades ligadas ao setor da saúde já tinham sido incorporadas ao texto original.

Na aprovação da MP 520 na Câmara dos Deputados, constatou-se que nenhuma modificação ao texto original foi acrescentada e os destaques apresentados por parlamentares de oposição foram todos derrotados.

Uma justificativa para o não posicionamento

da direção do Hospital Universitário diante da MP520, segundo Alana, foi de que ela sempre esperou estudos sobre como ficaria a autonomia universitária e da direção do HU com a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

No encontro também foram questionados a tentativa de ponto eletrônico para o HU. A diretora disse que esta é uma determinação do governo que poderá se estender a toda UFCG, como já aconteceu na UFPA. No encontro, os estudantes também cobraram soluções para a falta de campo de estágio no HU.

Câmara aprova MP525 que precariza ainda mais a contratação de docentes

Por Najla Passos
ANDES-SN

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, na manhã de quarta-feira (8/6), em votação simbólica, o texto proposto pela Medida Provisória 525/2011, que libera a contratação de 20% dos professores das universidades públicas e instituições tecnológicas de ensino sem concurso público. A MP estabelece que a contratação desses professores temporários atenda não apenas aos casos antes previstos na Lei 8745/93, como vacância dos cargos efetivos por morte, aposentadoria, afastamento para tratamento médico ou capacitação.

Pela nova regra, os novos cursos criados dentro do projeto de expansão do ensino superior do governo, o Reuni, também podem contratar professores temporários, sem a obrigatoriedade de promoção de concurso público. O mesmo vale para cargos vagos em decorrência de seus titulares passarem a ocupar o staff da administração superior, como reitores, pró-reitores e diretores de campus.

De acordo com o governo, a demanda total de docentes para o Reuni foi estimada em 15.755 professores de 3º grau, com base na razão média

de 1 docente para cada 20 alunos. "Quando o quadro de docentes para a expansão pretendida estiver completo, terão sido criados 1.461 novos cursos presenciais, permitindo 109 mil novas vagas na graduação", disse o relator, deputado Jorge Boeira (PT-SC).

Derrota da oposição

As iniciativas dos partidos de oposição de barrarem a abrangência da medida não vingaram. Tanto a emenda destacada pelo PSDB, que reduzia o percentual de contratação sem concurso para 5%, quanto a apresentada pelo DEM, que reduzia o mesmo percentual para 10%, foram rejeitadas.

"Houve tempo suficiente para que o governo tomasse as medidas necessárias para a realização do concurso público como deve acontecer para o provimento dos cargos de docentes, de professores nas nossas instituições federais de ensino", afirmou o líder do PSDB, deputado Duarte Nogueira (SP). "Lamentamos principalmente por aqueles que poderiam, por meio de concurso público, integrar o quadro de novas universidades", completou.

Crítica docente

A MP 525/11 foi repudiada pela plenária do 30º Congresso do ANDES-SN, realizado em

Uberlândia (MG), de 14 a 21/2. Conforme Moção de Repúdio proposta pela diretoria do Sindicato e aprovada no último dia de atividades, "o governo federal repete prática adotada anteriormente em duas situações bem identificadas na história da educação brasileira, uma na década de 70, em plena ditadura, que resultou na proliferação dos contratos de professores colaboradores, e outra na década de 90, no governo FHC, que conduziu ao ciclo de ocupação das vagas docentes por substitutos, admitidos temporariamente, em caráter precário".

No documento, os docentes apontam o caráter arbitrário da medida, que reflete o contingenciamento de recursos operado pelo governo Dilma que, de forma autoritária, via Medida Provisória, autoriza o exercício das atividades docentes de forma precária, sem concurso público e à margem do Regime Jurídico Único, que disciplina o trabalho do funcionalismo público brasileiro. A MP 525/11 segue para apreciação do Senado. Se aprovada, será submetida à sanção presidencial. (Com informações da Agência Câmara de Notícias)

Fórum das Cinco entidades recorre à Procuradoria

As entidades que integram o Fórum das Cinco da Universidade Federal de Campina Grande, ADUFCG, ADUFCG PATOS, ADUC, DCE da UFCG e SINTESPB, mantiveram audiência com o procurador federal Sérgio Rodrigo Pimentel, em campina grande, para solicitar o apoio da Procuradoria na tentativa de impedir a privatização do Hospital Universitário da UFCG. O encontro aconteceu no dia 17/05.

Na ocasião, os representantes das entidades também solicitaram o apoio daquele órgão na busca da elaboração de um termo de ajuste de conduta para garantir que a consulta da próxima eleição para reitor da UFCG seja realizado sob a coordenação das entidades representativas dos seus três segmentos, de forma semelhante ao que já aconteceu na Universidade de Brasília - UNB.

Ao encontro, compareceram o presidente da ADUFCG, Amauri Fragoso, e o suplente de diretoria, Luciano Mendonça, e o diretor do SINTESPB, Agnaldo Ferreira da Silva. Na ocasião, eles entregaram ao procurador uma cópia do parecer da Assessoria Jurídica do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior, comprovando a ilegalidade da medida provisória 520, do Governo Lula, que

cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e que deveria atuar de forma a privatizar os serviços oferecidos pelo HU em campina grande. A Medida Provisória foi aprovada na Câmara dos Deputados com ampla maioria e derrotada no Senado pela oposição por meio de uma manobra.

Eles também repassaram uma cópia das resoluções do I Congresso Universitário da UFCG, realizado em novembro de 2010, onde contém uma proposta aprovada, para que as entidades participantes busquem a realização de auditorias nas três últimas gestões do Hospital Universitário da UFCG.

As entidades também pediram ao procurador auxílio para buscar a realização da auditoria. O procurador disse que aquele órgão é constantemente fiscalizado pela CGU e como a Procuradoria tem deficiências de auditores, as entidades podem sugerir profissionais habilitados para participar destas atividades, caso seja necessário.

O procurador Sérgio Rodrigo Pimentel orientou as entidades a formalizar seus pedidos de forma separada, para que as demandas sejam encaminhadas aos vários procuradores lotados em Campina Grande.

ADUFCG envia caravana à Brasília

A Diretoria da ADUFCG enviará uma importante delegação para o ato público da campanha salarial unificada de 2011, no dia 16/06, em Brasília.

Serão 27 docentes e funcionários da UFCG, num total de 45 representantes de sindicatos que incluem Sintespb, Sinasefe, Sindsprev e ADUFPB. O grupo embarcará em João Pessoa na madrugada do dia 16/06, chegando em Brasília por volta das 9h, imediatamente rumando para o local da manifestação.

A proposta dos coordenadores da mobilização é reunir cerca de 30 mil servidores para cobrar do Governo Federal o atendimento da pauta unificada das categorias e das reivindicações específicas.

Foram as duas mobilizações dos servidores realizadas em fevereiro e abril que forçaram o Governo a abrir negociações com as categorias. O retorno da delegação acontecerá por volta das 21h, com previsão de chegada à Campina Grande por volta das 2 horas do dia 17/06.

Prefeitura recorre à justiça

Mais uma vez a Prefeitura de Campina Grande recorreu à justiça para forçar os trabalhadores da área de saúde a encerrar sua paralisação, reivindicando a implantação definitiva do seu plano de cargos e carreira. Diante da demora da Prefeitura em enviar a proposta para ser votada na Câmara de Vereadores, a categoria decidiu entrar em greve para pressionar o prefeito Veneziano Vital do Rego a solucionar o impasse.

Como não conseguiu persuadir os trabalhadores a terminar a greve, o prefeito pediu a ilegalidade do movimento ao Tribunal de Justiça e forçou a categoria a voltar ao trabalho, mas não encerrou as mobilizações em torno da implantação do plano.

Neste momento, o Sintab está lutando para conseguir a implantação na Prefeitura do piso nacional do magistério, e já tem indicativo de greve aprovado para julho.

Ameaça de Privatização da Cagepa

A privatização da Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba é um dos maiores temores hoje dos trabalhadores daquela estatal. A empresa vem sendo sucateada e vítima de desmandos administrativos de todos os últimos governos estaduais e encontra-se em situação precária.

O Sindicato das Indústrias Urbanas da Paraíba vem denunciando a situação e alertando que o governo pode tentar privatizar a empresa com a justificativa de que a iniciativa privada será mais eficiente. A estatal deve hoje cerca de R\$ 300 milhões a diversos fornecedores.

A imprensa local vem divulgando informações de que em breve a direção da empresa pretende implantar um plano de demissão voluntária.

Estado paga piso com gratificação

Só com uma determinação judicial, o Governo do Estado conseguiu encerrar a greve dos trabalhadores da educação estadual. Até mesmo o corte ilegal de salários, corte de ponto e perseguições não desestimularam a categoria a terminar a paralisação.

Durante toda a greve, os trabalhadores se mantiveram buscando o diálogo e a negociação, enquanto o Governo respondia com repressão e medidas de força. Ao invés de pagar o piso nacional do magistério, incorporou uma gratificação ao salário e criou uma bolsa que agrava ainda mais a precarização da situação dos trabalhadores.

A direção Nacional da CSP-Conlutas aprovou uma moção de repúdio para o governador Ricardo Coutinho.

PRESTAÇÃO DE CONTAS MARÇO/2011

ITEM PESSOAL

FUNCIONARIOS SEDE ADMINISTRATIVA	
SALAR OS ORDENADOS, FÉRIAS E 13º SALARIO	5.536,01
INSS	2.111,27
FGTS	442,09
PIS	51,99
VALE TRANSPORTE	936,00
	9.077,36

DESPESAS COM SEDE SOCIAL

LIMPEZA DA PISCINA	110,00
DESPESAS COM MATERIAL P/GRANJA	1125,00
SERVIÇOS EXTRA NA GRANJA	870,00
LUZ	331,61
AGUA	177,31
SALARIO FUNCIONARIO, FÉRIAS E 13º SALARIO	785,31
	3399,23

APOIO

SERVIÇOS DE JARDINAGEM SEDE ADMINISTRAT	60,00
SERVIÇOS PRESTADOS DE SEGURANÇA ELETRO	110,00
SERVIÇOS PRESTADOS DE ADVOCACIA	1800,00
SERVIÇOS PRESTADOS DE CONTABILIDADE	1090,00
	3060,00

IMPRESA E DIVULGAÇÃO

ASSESSORIA DE IMPRESA (honorários)	1404,00
DESPESAS COM CARTAZ, BANER FAIXA PANFLEXO	898,00
CARRO SOM	455,00
	2757,00

INFRAESTRUTURA

LUZ	192,45
DESPESAS C/PINTURA DA ADUF	2508,51
DESPESAS C/MATERIAL DE CONSUMO	50,00
GAS DE COZINHA	35,00
DESPESAS COM CUSTAS JUDICIAIS	365,69
AGUA	85,00
TELEFONE VIVO	1011,93

INTERNET VIVO	2781,95
MATERIAL DE EXPEDIENTE	134,00
DESPESA C/BOLETINS INFORMATIVOS	1590,00
MANUTENCAO DOS COMPUTADORES	170,00
CONFRATENIZAÇÃO NA SEDE ADMINISTRATIVA	570,17
DESPESAS C/TRANSPORTE A DISP DA ADUF	120,00
COMPRA DE FERRAMENTAS P GRANJA	935,00
CONTRIBUIÇÕES	765,00
DESPESAS C/ADVOGADO	516,00
TELEFONE OI	269,19
	12099,89

FINANCEIRAS

DESPESAS BANCARIAS	15,00
	15,00

REPASSES ESTATUTARIOS

ANDES	8544,88
FUNDO DE SOLIDARIEDADE	341,79
FUNDO DE GREVE	4747,16
FUNDO DE MOBILIZAÇÃO DA ANDES	176,25
	13810,08

DESPESAS C/ CONGRESSOS E SEMINARIOS

DESPESAS C/ PASSAGENS ONIBUS E TAXI	2050,10
DESPESAS C/HOSPEDAGENS	1727,00
DESPESAS C/PASSAGENS AEREAS	1522,08
DIARIAS	1926,00
	7225,18

TOTAL DAS DESPESAS REALIZADAS

	51.443,74
RECEITAS	
CONSIGNAÇÃO	48037,06
SALDO MÊS ANTERIOR	5223,77
RESSARCIMENTO VIVO	1145,85
	54406,68
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE	2962,94

Negociação com Governo inclui recursos, vagas docentes e carreira

Por NAJLA PASSOS
ANDES-SN

O ANDES-SN e a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC) estabeleceram uma agenda comum para discussão de temas de interesse dos docentes, em audiência realizada no dia 02/06, com o secretário da Educação Superior, Luiz Cláudio Costa. Na audiência, governo e sindicato

aboardaram preliminarmente temas como a crise nas instituições federais de ensino (IFE), envolvendo os Colégios de Aplicação (CAp), Centro Federais de Educação Tecnológica (Cefet) e as universidades que padecem com a falta de professores, funcionários, salas de aula e demais obras de infraestrutura.

A presidente do ANDES-SN, Marina Barbosa Pinto, abriu a audiência repassando ao secretário a pauta de reivindicação da categoria, já protocolada anteriormente no órgão, que inclui a proposta de Plano de Carreira do Professor Federal. Ela também entregou a ele uma proposta de agenda de discussões formulada pelo sindicato docente, além de cópia do livro e da revista publicados em alusão aos 30 anos do ANDES-SN. “Nós gostaríamos de ressaltar que, apesar de termos mantido conversações com várias outras entidades para encaminhar nossas pautas, consideramos o MEC o principal interlocutor do nosso Sindicato”, afirmou. Como pauta inicial para o debate entre as entidades, o ANDES-SN propôs os temas Carreira Docente, Expansão das Ifes, CAp/Cefet, situação da pesquisa (Capes/CNPq) e

consórcio das universidades federais mineiras. Luiz Cláudio Costa agradeceu a presença dos dirigentes sindicais, se comprometendo a fixar imediatamente a agenda de discussões com temas e datas pré-definidas.

Recursos para a educação

O secretário ressaltou que não houve contingenciamento de recursos para a Educação em 2011. “Nós pedimos às instituições que pudessem economizar 10% dos recursos, mas

universitários, o secretário se dispôs a fazer uma reunião com ANDES-SN, Fasubra (Federação dos Trabalhadores das universidades) e Andifes (entidade que reúne os reitores), inclusive apresentando dados concretos sobre o orçamento das IFE, com o objetivo de buscar soluções para o problema.

Vagas para docentes

O secretário afirmou que sua equipe vai encaminhar ao gabinete da presidente Dilma,

ainda está semana, uma proposta de Projeto de Lei que cumpre as demandas de compromissos assumidos com a Andifes e que também corrige a simetria específicas, como nos casos em que a relação aluno X professor está acima da média prevista ou onde há abertura de novos cursos. Segundo ele, serão um total de 5764 vagas, sendo 3.591 para este ano (já previstas na MP 525/11) e outras 2.173, para 2012. Ele disse que pretende ainda, no escopo deste projeto, incluir a questão das funções



estamos liberando este dinheiro para todas as universidades que nos pedem”, justificou.

Ele também garantiu que há recursos disponíveis para que todas as obras de expansão do Reuni sejam concluídas dentro do prazo final do programa, que é 2012. “Há problemas pontuais em alguns lugares porque a construtora faliu e a legislação não permite que o reitor contrate outra, por exemplo. Mas já estamos com 1,6 milhões de metros quadrados de obras concluídas e iremos construir mais 3,5 milhões de metros quadrados até o final de 2012”, acredita.

Questionado sobre o excesso de terceirizações nas universidades e nos hospitais

gratificadas.

Ainda durante a reunião, o secretário assinou o ato que corrige um erro no anexo ao decreto que fixou o banco de professor equivalente, já que o mesmo não havia considerado os ingressos posteriores a 2007. A correção resultará em ampliação de coeficiente para todas as instituições federais de ensino superior.

Carreira docente

O secretário declarou ter suspenso o andamento de outro projeto de carreira trabalhado por outras áreas do, concordando com a proposta do ANDES-SN de iniciar a negociação por este tema, já na próxima reunião, marcada para a quarta-feira (15/6).

Gestão 2009-2011

Diretor Presidente: Amauri Fragozo de Medeiros (UAF)
Diretor Secretário: Gonzalo Adrián Rojas (UACS)
Diretor Tesoureiro: Manoel Cordeiro de Barros - (CCT - aposentado)
Diretor Social: Antônio Berto Machado (CH/UAE)

Diretor Cultural: Lauro Pires Xavier Neto (UAE - Cuité)
Diretor para assuntos dos aposentados: Lucianna da Gama Fernandes Vieira (CCT/UAEMA)
1º Suplente: Luciano Mendonça de Lima (CH/UAHG)
2º Suplente: Jânio Ludovic Alves de Medeiros (CH/UAE)